

LEITURA DO PNLD COMO MEDIAÇÃO CULTURAL¹

PNLD READING AS CULTURAL MEDIATION

Flávia Brocchetto Ramos^{*}
Lovani Volmer^{**}
Liliane Melo do Amaral^{***}

O livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida.

(Item II do Art. 1º, Capítulo I, Lei 10.753 de 30/10/2003 – Lei do Livro)

RESUMO: A partir da implantação do Ensino Fundamental de nove anos, o MEC, através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), distribui às salas de aula do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental acervos formados por obras paradidáticas. Neste estudo, analisaremos como as obras *Seis pequenos contos africanos sobre a criação do mundo e do homem*, de Raul Lody, e *Kabá Darebu*, de Daniel Munduruku, podem, além de momentos de leitura, propiciar discussão acerca das matrizes culturais do brasileiro.

Palavras-chave: PNLD; acervos complementares; culturas africana e indígena, leitura.

ABSTRACT: After the implementation of the nine years Basic Education, MEC, through the National Program of Textbooks (PNLD), distributes to the classrooms of the 1st and 2nd grade of Elementary School paradidatic collections. In this study, we analyze the way *Seis pequenos contos africanos sobre a criação do mundo e do homem* written by Raul Lody and *Kabá Darebu*, written by Daniel Munduruku might promote not only a reading activity but also moments of discussion about the cultural matrix of the Brazilian people.

Key-words: PNDL; complementary reading; African and Indian culture; reading

¹ A pesquisa é desenvolvida na Universidade de Caxias do Sul (UCS) com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Edital MCT/CNPq/MEC/CAPES nº 02/2010 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

^{*} ramos.fb@gmail.com, Doutora. PPG – UCS. Caxias do Sul – RS.

^{**} lovaniv@feevale.br, Doutoranda em Letras – UCS. Caxias do Sul – RS.

^{***} lillyamaral@yahoo.com.br, Mestre em Educação. Instituto Estadual de Educação Irmão Getúlio. Escola Municipal de Ensino Fundamental Gina Guagnini. Vacaria / Muitos Capões – RS.

UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA...

O uso do livro como recurso didático no processo ensino-aprendizagem não é prática nova. Aliás, não seria equivocado afirmar que, desde a invenção da imprensa por Johann Gutenberg, no final do século XV, a educação passou a contar com a impressão de obras para fins didáticos. No Brasil, a definição de “livro didático” deu-se pela primeira vez no Decreto-lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938 – Art. 2.

Nessa época, buscou-se desenvolver no Brasil “uma política educacional consciente, progressista, com pretensões democráticas e aspirando a um embasamento científico” (FREITAG, 1993, p. 12), que consagrou o termo “livro didático”, entendido como o livro adotado na escola e destinado ao ensino, cuja proposta deve obedecer aos programas curriculares escolares.

O mesmo decreto supracitado, com o objetivo de regulamentar uma política nacional do livro didático, criou a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), marcando, assim, a primeira iniciativa governamental nessa área de política educacional. Vale lembrar que isso ocorreu em pleno período de Estado Novo, ou seja, em um momento político autoritário que buscava garantir, sobretudo, a Unidade/Identidade Nacional. À tal comissão, dentre outras responsabilidades, cabia a tarefa de examinar, avaliar e julgar os livros didáticos, concedendo ou não autorização para o seu uso nas escolas, a fim de assegurar que eles atendessem aos propósitos de formação de um espírito de nacionalidade. Tal aspecto implicou que as avaliações dos títulos valorizassem mais aspectos político-ideológicos do que pedagógicos.

No início da década de 80, o governo, por meio de uma política centralizadora e assistencialista, passou a incumbência de gerenciar, dentre outros, o Programa do Livro Didático – Ensino Fundamental (PLIDEF) à Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). A alteração resultou, de acordo com Freitag (1993), alguns problemas, tais como dificuldades de distribuição do livro de acordo com prazos previstos, *lobbies* das empresas e editoras junto aos órgãos estatais responsáveis e autoritarismo implícito na tomada de decisões pelos responsáveis no governo. Por outro lado, a indústria livreira no Brasil proliferou de maneira excepcional, no período. Quantidade, entretanto, não é sinônimo de qualidade; muitos livros de qualidade duvidosa foram enviados às escolas, tornando evidente o descaso e a falta de rigor com que haviam sido elaborados e avaliados. O problema tornou-se especialmente grave quando atentamos para o fato de que, para muitos alunos, o livro didático era o único livro com o qual tinham contato.

Com o intuito de garantir uma política de regulamentação do livro didático mais competente e eficaz, o governo, novamente por meio de decreto⁵, criou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Estabeleceu a meta de atender a todos os alunos de 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental das escolas públicas do país, com prioridade para Matemática e Comunicação e Expressão.

⁵ Decreto-lei nº 91.542, de agosto de 1985.

Em 1996, a FAE foi extinta e suas atribuições, no que diz respeito ao PNLD, ficaram a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com recursos oriundos, principalmente, do salário-educação. Nesse período, deu-se a produção e a distribuição de livros didáticos de forma contínua e massiva, e todos os alunos do Ensino Fundamental passaram a recebê-los para todas as disciplinas.

Em 2010, com a implantação do Ensino Fundamental de nove anos em todo o País, prevista na Lei nº 11.274, o Ministério da Educação estabeleceu algumas mudanças no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2010, adequando-o às demandas desse novo aluno. Assim, a partir de 2010, as crianças matriculadas no 1º ano recebem um livro de *Letramento e Alfabetização Linguística* e outro de *Alfabetização Matemática*; as do 2º ano, além desses livros, obras didáticas de *Ciências, História e Geografia*. Tendo em vista essas alterações estabelecidas para o PNLD 2010, o Ministério decidiu, ainda, oferecer a professores e alunos alternativas de trabalho e formas de acesso a conteúdos curriculares, nas diferentes áreas de conhecimento. Para tanto, distribui às turmas do 1º e do 2º ano do Ensino Fundamental acervos⁶ formados por obras consideradas paradidáticas, com função complementar às didáticas.

Ao contrário das coleções didáticas, os livros dos acervos complementares, de acordo com o Guia *Acervos complementares: as áreas do conhecimento nos dois primeiros anos do ensino fundamental*, foram escritos diretamente para jovens leitores, abordando certos temas ou conteúdos e pressupondo que o seu uso se fará num determinado momento. Pensados para um convívio diário com as crianças em sua sala de aula, os acervos são janelas, de onde o aluno da escola pública poderia ter uma visão do que a cultura escrita pode lhe reservar.

Apesar de escolhidos com o objetivo de contribuir para a discussão em determinada área do conhecimento, as obras dos acervos complementares podem ser libertas da classificação que implicou a sua seleção. Os títulos que escolhemos para analisar neste estudo pertencem à categoria Ciências Humanas do acervo 1, contudo podem proporcionar outras discussões. No presente estudo, abordaremos as obras *Seis pequenos contos africanos sobre a criação do mundo e do homem*, de Raul Lody, e *Kabá Darebu*, de Daniel Munduruku, que poderiam propiciar aos alunos a oportunidade de reconhecer matrizes culturais que fazem parte da história do nosso país. Inserir no currículo questões das culturas africana e indígena auxilia para que o Brasil conheça a si próprio, em especial porque apresenta uma diversidade cultural, buscando, assim, sua valorização, promoção e preservação.

⁶ São distribuídos cinco acervos distintos (com 30 títulos diferentes) e um guia, intitulado *Acervos complementares: as áreas do conhecimento nos dois primeiros anos do ensino fundamental*, elaborado pelo Centro de Estudos em Educação e Linguagem – CEEL, da Universidade Federal de Pernambuco, responsável pela avaliação, seleção e composição dos acervos complementares, com a finalidade de apoiar os professores na utilização dos títulos em sala de aula, oferecendo informações sobre cada obra, bem como sugestões de uso desse material, conforme a área para a qual foi selecionado. Todas as escolas públicas cadastradas no censo escolar receberam esses acervos.

CULTURA AFRICANA E INDÍGENA NOS ACERVOS COMPLEMENTARES

A cultura de um povo é tecida também pelas suas histórias e, como estamos imersos em estruturas narrativas, a história de nossa vida depende do conjunto de histórias que já lemos, vimos ou ouvimos, pois a partir delas aprendemos a construir a nossa. De acordo com Larrosa (2003, p. 618), na

[...] aprendizagem do discurso narrativo e na participação em práticas discursivas narrativas constituímos, aprendemos, melhoramos e modificamos tanto os vocábulos que usamos para a autodescrição como os modos de discurso nos quais articulamos a história de nossas vidas. É na forma de tratar os textos que já existem que adquirimos um conjunto de dispositivos semânticos [...] e um conjunto de dispositivos sintáticos [...] para a autocriação, para narrar-nos no interior desses dispositivos, para fazermos e refazer-nos através da construção e reconstrução de nossas histórias. Assim, a história da história da vida é a história dos modos como os seres humanos têm construído narrativamente suas vidas. E a história da história de nossas vidas é a história das narrações que temos ouvido e lido e que, de alguma forma, temos estabelecido relação conosco.⁷

Nesse sentido, o contato com histórias das culturas afro e indígena auxiliará na formação de uma geração na qual não só o aluno afrodescendente ou indígena passarão a se perceber mais positivamente na história de seu povo e vão se constituindo a partir de narrativas que atualizam a sua história, como também todos os alunos, independente da etnia, vão formando sua história individual de leitura a partir de narrativas proveniente de diversas culturas, já que por muito tempo as histórias eleitas foram as europeias.

Assim como a cultura africana, a indígena esteve presente na história do Brasil desde os primórdios, influenciando diretamente nas tradições do país. Considerando a importância que a escola tem em estar constantemente em contato com as tradições do país, foi sancionada, em 11 de março de 2008, a Lei 11.645, que obriga as escolas a incluir elementos da cultura indígena no currículo escolar, determinando que os sistemas normativos das culturas afro-brasileira e indígena integrem o conteúdo do Ensino Fundamental e Médio, dando ênfase às áreas de Literatura, Artes e História, tanto na rede particular quanto pública.

A Lei tende a beneficiar a formação curricular, visto que possibilita gerar abordagens inovadoras em relação à história indígena nas escolas. Vale ressaltar que a nova Lei oferece ao aluno a oportunidade de reconhecer matrizes

⁷ Tradução livre das autoras: “aprendizaje del discurso narrativo y en la participación en prácticas discursivas narrativas constituímos, aprendemos, mejoramos y modificamos tanto los vocabulários que usamos para la autodescripción como los modos de discurso en los que articulamos la historia de nuestras vidas. Es en nuestro trato con los textos que están ya ahí que adquirimos un conjunto de dispositivos semánticos [...] y un conjunto de dispositivos sintáticos [...] para la autocreación, para narrarnos en el interior de esos dispositivos, para hacernos y rehacernos a nosotros mismos a través de la construcción y la desconstrucción de nuestras historias. Así, la historia de la historia de la vida es la historia de los modos en que los seres humanos han construído narrativamente sus vidas. Y la historia de la historia de nuestras vidas es la historia de las narraciones que hemos oído y leído y que, de algún modo, hemos puesto en relación con nosotros mismos”. (LARROSA, 2003, p. 618).

culturais que fizeram parte da história do seu país, pois o foco dos currículos escolares privilegiava a cultura europeia, ignorando aspectos das sociedades africanas e sul-americanas que apresentam íntima relação com a história do Brasil.

SEIS PEQUENOS CONTOS AFRICANOS SOBRE A CRIAÇÃO DO MUNDO E DO HOMEM

Seis pequenos contos africanos sobre a criação do mundo e do homem permite ao leitor conhecer, sob o olhar de africanos que vieram para o Brasil, como diferentes nações afros explicam a criação do mundo. Por meio deles, podemos entender que a África nos deixou um grande legado, que nos aproxima ainda mais dessa cultura.

Já na capa, com fundo amarelo, o leitor depara-se com Dã, a serpente sagrada, que, “morde a ponta da própria cauda” (LODY, 2009, p. 9) e, segundo os jejes, foi quem criou o mundo. Essa ilustração reaparece na p. 9 e, cabe destacarmos, apresenta traços simples, primitivos, coloridos, como que feitos com tinta, remetendo aos primórdios da civilização.

Antes de o leitor conhecer as histórias propriamente ditas, o autor apresenta uma introdução ao livro, cujos trechos são reproduzidos na contracapa e servem de “chamada” à leitura da obra. Em linguagem simples, retoma um pouco da história do Brasil, situando os africanos no tempo e no espaço e destacando a importância cultural desses povos na constituição da nação. Os contos compilados nesse livro são fruto da tradição oral, ou seja, trata-se de histórias contadas “pelos mais velhos para os mais novos” (p. 5).

A seguir, o leitor encontra-se com uma narrativa que explica a *criação* do mundo e mais outras 5 histórias de figuras representativas da cultura africana, como Ogum, Odé, Catendê, Quianda e Quicimbe, além de Ibejis. Os conflitos são tecidos e revelados por um narrador heterodiegético, ou seja, segundo Genette (s/d), aquele que relata uma história à qual é estranho, uma vez que não integra nem integrou, como personagem, o universo diegético em questão. No que diz respeito à perspectiva, o estudioso francês classifica-a como “zero”, pois o narrador não adota nenhum ponto de vista concreto e dá ao leitor uma informação completa, potencialmente ilimitada quanto ao âmbito de alcance.

O primeiro conto, “A criação do mundo”, como o próprio título sugere, apresenta versões africanas da criação do mundo e do homem: “Tudo era escuro e existia um grande vazio. Sabendo desse vazio, Olodumare resolveu inventar o mundo, gerando luz e cor, criando o homem, as plantas, a água, o ar, a chuva... enfim: tudo.” (p. 6). Diferentemente da versão bíblica, comumente a mais conhecida e difundida no mundo ocidental, a criação do mundo e do homem, assim como acompanhá-lo no processo de domínio sobre a natureza, é resultado de muitas “mãos”, ou seja, vários deuses africanos deram sua contribuição, ressaltando o coletivo na resolução de problemas. O homem, por exemplo, foi modelado a partir da lama por Oxalá e ganhou vida depois

que Olodumare soprou suas ventas. A criação da terra firme, por sua vez, aconteceu meio que por acaso, resultado de um desentendimento entre Oxalá e Odudua, que viviam dentro da Cabaça da Vida: “Oxalá ficava na parte de cima; Odudua ficava na parte de baixo.” (p. 7). Certo dia, Odudua quis ficar na parte superior da Cabaça, mas Oxalá não quis e começaram os desentendimentos, até que a cabaça quebrou e as duas partes se separaram. A parte de baixo da cabaça era cheia de lama mole, até que Odudua roubou de Oxalá um presente que ganhara de Olodumare: um saco de pó, uma pomba e uma galinha. No meio do lamaçal, fez um montinho com o pó e soltou a pomba e a galinha, que saíram ciscando, espalhando o pó. A lama, então, secou e Odudua criou a terra firme. Para ensinar o homem a tirar proveito da terra, houve a contribuição de Ogum. Por fim, há, ainda, mais uma versão sobre a criação do mundo, a dos jejes. Para eles, Dã, uma serpente que “vive no fundo das águas que existem por baixo da terra firme” (p. 9), foi quem criou o mundo.

O segundo conto, “Ogum: aquele que veio para ensinar”, é, de certa forma, continuação do primeiro, pois naquele o leitor fica sabendo que a Ogum coube a tarefa de ensinar o homem a tirar da terra seu alimento e neste o narrador conta como isso aconteceu:

Ogum é aquele que sabe trabalhar com todas as ferramentas e armas, [...]. Ogum ensinou o homem a preparar o campo para o plantio, a fazer armas para se defender dos animais ferozes e dos inimigos, além de outras técnicas fundamentais para a criação de objetos que facilitassem a vida. (p. 13).

O homem, entretanto, não soube aproveitar a natureza oferecida por Olodumare; “preferiu guerrear em vez de plantar, preferiu matar em vez de semear os campos, preferiu formar exércitos em vez de habitar pacificamente a terra.” (p. 13). Seguindo esse conto, tanto o bem quanto o mal são opções humanas, ou seja, guerras, matanças são consequências das escolhas humanas pelo fato de não terem seguido as instruções de Ogum. Ou seja, o homem tem liberdade para escolher seus caminhos mas arca com as consequências das suas opções.

No terceiro conto, “Odé, o caçador”, o estudante encontra um caçador que “conhece as matas e os animais que moram nela” (p. 15), assim como “o azul profundo do céu, de dia e de noite, e também a luz da lua, companheira da mata.” (p. 15). A função milenar de Odé é alimentar o homem e juntamente com Catendê proteger as matas: “Ele toma conta não só das árvores como também de todo o equilíbrio da vida, fundamental à existência do planeta Terra.” (p. 17).

“Catendê, o dono das folhas” é o quarto conto e tem como protagonista uma personagem já apresentada no texto anterior, Catendê, “um grande inquite, senhor da natureza, dono dos vegetais.” (p. 19). Aqui, o leitor tem a oportunidade de conhecer ainda mais a cultura africana e seus rituais: “Catendê é o dono de todas as folhas que servem como remédios. Ele também é dono das folhas que servem para os segredos da religião dos bantos.” (p. 21), ou seja, além de alimento, as folhas têm propriedade de cura e fazem parte de ritual religioso.

“Quianda e Quicimbe” é o conto seguinte e apresenta ao leitor o reino das águas. Quianda e Quicimbe são duas sereias vaidosas, que moram nas “águas profundas do mar, lá no reino de Aiocá, entre grandes conchas, pérolas, peixes dourados, cavalos-marinhos e muitos mistérios” (p. 23). As sereias consideram-se donas do mar, por isso os pescadores sempre pedem licença a elas quando vão ao mar armar suas redes, a fim de conseguir boa pescaria e segurança nos barcos. Como Quianda e Quicimbe são muito vaidosas, obrigam “os pescadores a, todos os anos, lhes oferecerem muitos presentes, como flores brancas, fitas de cetim, pentes, espelhos, perfumes, joias, alimentos à base de milho e azeite-de-dendê, além de muita música e dança.” (p. 24). Assim como no conto anterior, o leitor conhece rituais e alimentos afros, ampliando seu universo cultural.

O último conto, “Ibejis, os gêmeos”, apresenta os primeiros gêmeos que nasceram, filhos de Oxum, uma “bela senhora, muito rica, vaidosa e temperamental” (p. 27), e de Xangô, “um rei guerreiro, valente, justiceiro. Um belo homem, forte e também muito vaidoso, que gostava de trançar sua cabeleira com fios de ouro.” (p. 27). Como nunca tinham existido gêmeos, aquele nascimento só poderia estar prenunciando algo: “Era um sinal, talvez um novo motivo de culto e veneração.” (p. 28). Assim, são, até hoje, venerados e esculpidos em madeira por artesãos. Como os anteriores, este conto apresenta costumes africanos, como trançar os cabelos e o comportamento frente ao novo, neste caso o nascimento dos gêmeos.

Destacamos, ainda, que todas as páginas do título foram ilustradas, remetendo ao universo afro, tanto nas cores, que são muito coloridas e vivas, como nas formas; as figuras africanas que aparecem são poucas e reforçam características físicas típicas dos africanos, como o cabelo afro, pele negra e lábios carnudos (p. 12, 13, 19, 21, 24, 25, 26, 27 e 29). Além da visualidade, notas explicativas acompanham o conto, esclarecendo termos que, por ventura, sejam “estranhos” ao leitor. Pensando no possível público-alvo desta obra, as notas explicativas, por vezes, cumprem função didática, indicando, inclusive, o que deve ser observado na imagem: “Repare no enfeite que está no alto da coroa de Xangô. Este é o oxê. O oxê é a ferramenta de Xangô. Repare que Xangô está segurando dois oxês. [...]” (p. 27). A fim de auxiliá-lo no processo de compreensão leitora, a fonte usada nesses casos é em tamanho menor e em cor diferente da empregada no conto. A seguir, há, ainda, em linguagem acessível, um Glossário, que retoma termos já apresentados nas narrativas e inclui outros do universo afro que podem vir a ser desconhecidos do leitor. Na página final do livro, há uma breve apresentação do autor, destacando ser Raul Lody profundo conhecedor da cultura africana.

Após a apresentação de *Seis pequenos contos africanos sobre a criação do mundo e do homem*, percebemos tratar-se de obra que valoriza a cultura africana, uma vez que busca sua origem, sem emitir qualquer julgamento, diferente do que Oliveira (2001, p. 85) encontrou em tantas outras obras infanto-juvenis que analisou, nas quais:

[...] os personagens negros são: 1) em grande maioria, associados à pobreza, quando não à miserabilidade humana; 2) desamparados, sem família, por conta da carência do pai e/ou da mãe; 3) tutelados pelo branco bom; 4) tecidos de maneira inferiorizada e sujeitos à violência verbal e/ou física; 5) enaltecidos pelos atributos físicos e/ou intelectuais, de modo a sugerir a democracia racial. Estas categorias analíticas subdividem-se em outros itens, tendo em vista a semelhança entre as ações e reações praticadas pelos personagens.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira (julho/2004a), documento que especifica os encaminhamentos para a implementação da Lei, coloca a Literatura, juntamente com a História e a Educação Artística, como disciplinas fomentadoras de uma prática de inclusão. Nesse sentido, esta obra disponibilizada pelo PNLD às escolas públicas brasileiras tem muito a contribuir, pois além de subsidiar o imaginário infantil, configura a cultura afro nas ilustrações, sem se esquecer que propicia um pouco mais da cultura, da sabedoria de “homens e mulheres que foram capturados em diversos lugares da África e escravizados. Eles eram bantos, iorubás, jejes, minas, malês entre outros.” (p. 5). Apesar de possuir uma cultura rica, os africanos não tinham escrita. Assim, “a história de seus povos, os segredos da sua religião, os modos de fazer as coisas eram contados pelos mais velhos para os mais novos” (p. 5) e, agora, graças a essa tradição que se manteve, temos a oportunidade de conhecer essas histórias.

KABÁ DAREBU

Em *Kabá Darebu*, escrito por Daniel Munduruku e ilustrado por Marie Therese Kowalczyk, o leitor conhece, pelo olhar de uma criança indígena de 7 anos, o modo de vida do povo Munduruku, que mora nos estados do Pará e do Amazonas. Kabá Darebu, um menino que habita uma aldeia, na Floresta Amazônica, relata o modo de vida de sua comunidade, os rituais religiosos, a moradia, as relações materiais e simbólicas com a natureza, as lendas, vestimentas, brincadeiras, a arte, alimentação, organização das famílias, divisão dos trabalhos... e muito mais!

Já na capa, a personagem Kabá Darebu é apresentada ao leitor: o rosto do protagonista é reproduzido na capa, acompanhado do seu nome, que também é o nome da obra, ao centro. Além desses elementos, completam a capa colagens representando a aldeia, em meio à fauna e à flora, além dos nomes do autor e da ilustradora.

À medida que lemos as 23 páginas do texto, vamos sendo, naturalmente, apresentados à cultura dos munduruku por um narrador, segundo Genette (s/d), autodiegético, uma vez que relata as suas próprias experiências como personagem central da história: “Recebemos os mesmos nomes de nossos antepassados, e meu avô escolheu este pra mim, para homenagear um sábio ancestral que não suportava a violência.” (MUNDURUKU, 2002, p. 3). O fato de esse narrador ser uma criança de 7 anos aproxima o texto ainda mais do público-alvo a que a obra se destina, conforme Edital, pois o leitor, possivelmente, tem essa idade. Além disso, a inocência pueril perpassa

o texto, sem emitir juízo de valor e contando o cotidiano da aldeia onde mora juntamente com seus familiares.

Kabá Darebu, assim como todos do seu povo, mora em uma casa de barro, coberta com folhas de palmeiras. Segundo o pequeno narrador, “É gostoso morar nesta casa porque de dia fica bem ventilada e à noite ela é bem fresquinha.” (p. 4). Diferentemente da cultura dos brancos, moram na mesma casa seus pais, irmãos e irmãs, avós, tios e alguns primos. A narrativa permite, ainda, identificarmos as atribuições de pai e de mãe na tribo dos munduruku: enquanto a mãe fica com Kabá, o pai está caçando ou pescando. Ambos brincam muito com o menino: “Mamãe está sempre comigo: brincando, trabalhando na roça, tomando banho... E quando papai chega da caça ou da pesca, eu corro logo para o colo dele. Ele me abraça, faz cócegas na minha barriga...” (p. 6 e 7).

Assim como os possíveis leitores do livro, Kabá Darebu gosta de brincar: “Nós gostamos de brincar de muitas coisas. Os meninos brincam de: arco e flecha, esconder na mata enquanto os outros procuram, pega-pega dentro do rio, subir em árvores, pescaria, imitar os adultos, jogar futebol.” (p. 11). Destacamos que as brincadeiras dos meninos são diferentes daquelas das meninas, que gostam de: “fazer bonecas com espigas e folhas de milho, fazer comida, mexer com os meninos, cantar e dançar cantigas de roda, subir em árvores, nadar no rio.” (p. 12). Os pequenos índios também têm animais de estimação, os quais tratam como se fosse parente. Valem-se de elementos do seu entorno para se divertirem, alterando suas funções, como por exemplo, a espiga de milho que vira boneca.

O texto assinala, ainda, outra característica munduruku: pintar o corpo com urucum e jenipapo, o que acontece em momentos de alegria, de tristeza, de tensão, quando vão caçar ou pescar: “Nossos avós nos dizem que a tinta pode nos tornar invisíveis diante de animais e peixes, mas para isso é preciso cantar e dançar para os espíritos da floresta.” (p. 16).

Kabá, de forma poética, relata tudo o que os pais ensinam às crianças, o que nos faz perceber a preocupação desse povo com a preservação de sua cultura, que passa de geração em geração e aguça especialmente a visão e a audição para, então, como consequência, amar a Terra.

Por fim, o protagonista revela estar tudo meio diferente na aldeia:

[...] antigamente havia mais músicas, mais danças, mais festas. Isso antes de os **PARIWAT** (brancos) chegarem entre nós. Eles trouxeram muitas doenças que nossos pajés não conseguem curar. Hoje em dia temos que usar roupas [...], porque é perigoso andar nu, uma vez que as pessoas não sabem respeitar nosso corpo. (p. 21)

Kabá traz um dado novo, ou seja, os índios usam roupa em função dos brancos, que não sabem respeitá-los e são responsáveis pela maioria das doenças que existem

entre eles. Salientamos que essas informações não constam, no geral, nos estudos oficiais da história, em que os brancos “colonizaram” o Brasil, ou seja, é como se tudo tivesse acontecido da forma pacífica, com o heroísmo dos europeus, que catequizaram e salvaram os índios.

No que diz respeito às imagens, em aquarela, guache e colagens de pintura em seda, reproduzem, no geral, o texto verbal, o que auxilia na compreensão deste leitor que está em processo de alfabetização. Além disso, ainda rompe com estereótipos que, por ventura, possa ter em seu imaginário, pois, por exemplo, a casa dos munduruku é diferente da dos brancos, mas, nem por isso, é melhor ou pior.

Após a história propriamente dita, há 4 páginas de “Boxes para leituras complementares”. Nesses textos, há, inicialmente, uma breve explicação acerca do povo munduruku, que vive no Pará e no Amazonas, assim como sobre seus hábitos e sua cultura. Na coluna “Você sabia?”, há curiosidades sobre esse povo munduruku, cuja palavra significa formigas gigantes, fazendo alusão ao aspecto guerreiro do povo. A seguir, em “O Brasil é um país muito grande...”, há um texto informativo sobre o Brasil e a diversidade de povos que aqui vivem, fazendo uma breve retrospectiva histórica da época do “descobrimento”, quando havia cerca de 1 000 povos indígenas em nosso país e cerca de 5 milhões de pessoas – Atualmente os povos indígenas não passam de 350 mil pessoas. O título ainda enfatiza que os índios não são todos iguais, ou seja, “cada povo tem uma maneira própria de se relacionar com a natureza. [...] Nem por isso uma é melhor ou pior que a outra”. (p. 25).

As páginas que seguem trazem dados da culinária munduruku, com destaque à mandioca, o pão dos índios. Primeiro, há um breve histórico da macaxeira, a mandioca-doce, e da mandioca-brava, usada para fazer a farinha. A seguir, há orientações para preparar o “Pó da folha da macaxeira”, usada para fazer a maniçoba, prato típico da região Norte do Brasil, e “Beiju de mandioca”.

Por fim, na página de fechamento do livro, há a apresentação, em primeira pessoa, do autor e da ilustradora, aproximando-os do leitor. Cabe destacarmos, nesse sentido, que Daniel Munduruku é “um índio que estudou na cidade desde pequeno” (p. 28), ou seja, tem autoridade para escrever acerca desse povo e sua cultura, apresentando-nos um olhar sobre os munduruku diferente do eurocêntrico, que, no geral, habita no nosso imaginário. A ilustradora, de igual forma, é francesa, mas desde 1979 vive no Brasil, onde pesquisa e retrata tribos indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer como o mundo foi criado e como o homem passou a existir são questões presentes no imaginário de todos os povos e cada um cria uma explicação para o fato. Nossas histórias, nossos mitos e lendas definem, preservam e renovam culturas.

Nesse sentido, consideramos relevante averiguar como duas obras pertencentes aos Acervos Complementares apresentam esse assunto às crianças, uma sob a ótica africana e outra indígena, culturas presentes na constituição do Brasil, mas nem sempre consideradas na apresentação do seu imaginário.

O contato em sala de aula com os títulos aqui explorados propiciará as crianças uma experiência cultural única: a de explorar, com a mediação do professor e/ou por conta própria, o mundo dos livros, em sua diversidade temática, de gênero, de linguagem, de apresentação gráfica, etc.; com seus autores de diferentes épocas, países e regiões; com a intervenção fundamental dos tradutores, que aproximam épocas e culturas distantes; com os ilustradores, que nos ajudam a imaginar, a entender e, até mesmo, a descobrir o mundo que a letra nos sugere; com os editores, que tornam os livros produtos culturais atraentes, capazes de despertar o nosso desejo e o nosso reconhecimento.

REFERÊNCIAS

- FREITAG, B. *et al.* *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez, 1993.
- GENETTE, G. *Discurso da narrativa*. Tradução de Maria Alzira Seixo. Lisboa: Vega, s/d.
- LARROSA, J. *La experiencia de la lectura: estudios sobre literatura y formación*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- LODY, Raul. *Seis pequenos contos africanos sobre a criação do mundo e do homem*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.
- MUNDURUKU, Daniel. *Kabá Darebu*. São Paulo: Brinque-book, 2002.
- OLIVEIRA, Maria Anória de J. *Negros personagens nas narrativas literárias infanto-juvenis brasileiras: 1979-1989*. Salvador, 2001. Dissert. (Mest.), UNEB.
- Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004 <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. In: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica&catid=323:orgaos-vinculados. Acesso em 13 abr. 2012.
- Lei 11.645. In: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/.../lei/l11645.htm <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/.../lei/l11645.htm>. Acesso em 13 abr. 2012.